

**XVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA
26 A 29 DE JULHO DE 2017, BRASÍLIA (DF)**

GRUPO DE TRABALHO: 26 – Conflitos Socioambientais

**MEGAEMPREENHIMENTOS E A CONSTRUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO DE
“DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”: os efeitos sobre as formas
organizativas políticas de povos e comunidades tradicionais
no Oeste do Maranhão.**

Autoras Helciane de Fátima Abreu Araujo¹, Arydimar Vasconcelos Gaioso²,
Mariana Leal Conceição Nóbrega³, Jurandir Santos de Novaes⁴

¹ Socióloga, Doutora em Sociologia, Professora Adjunta III do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; Pesquisadora dos Projetos Nova Cartografia Social/Projeto Cartografia Social dos Babaçuais: mapeamento social da região ecológica do babaçu

² Antropóloga, Doutora em Antropologia, Professora Adjunta I do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; Pesquisadora dos Projetos Nova Cartografia Social/Projeto Cartografia Social dos Babaçuais: mapeamento social da região ecológica do babaçu.

³ Agrônoma e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) - Instituto de Geociências (IG) – UNICAMP.

⁴ Economista, Doutora em Geografia Humana, Professora na Universidade Federal do Pará – UFPA e no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; Pesquisadora dos Projetos Nova Cartografia Social/Projeto Cartografia Social dos Babaçuais: mapeamento social da região ecológica do babaçu.

MEGAEMPREENDIMENTOS E A CONSTRUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO DE “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”: os efeitos sobre as formas organizativas políticas de povos e comunidades tradicionais no Oeste do Maranhão

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta resultados de uma cartografia social⁵, em construção, dos efeitos das ações de megaempreendimentos, vinculados aos ramos da produção de celulose e monoculturas de eucalipto no oeste do Maranhão sobre os processos organizativos de trabalhadores (as) rurais e quebradeiras de coco babaçu que residem na denominada microrregião de Imperatriz - MA⁶.

Consideramos megaempreendimentos projetos agroindustriais e de infraestrutura que causam grandes impactos socioeconômicos, ambientais e culturais nos modos de existência e relações de povos e comunidades tradicionais afetados, gerando transformações na organização e mobilização desses povos ocasionando conflitos em sua maioria violentos em diversos níveis. Entendemos que esses megaempreendimentos são fruto de um processo de globalização que implicou um modelo de dominação, político e cultural: a globalização do modo capitalista de produção que é fundamentalmente excludente e tem instituído condições para um retrocesso brutal do ponto de vista dos direitos da maioria da população do mundo todo (GADOTTI, 2000)

⁵ No âmbito do Programa de Pós – Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia no período de 2012 a 2014 foi realizado o **MAPEAMENTO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL CONTRA O DESMATAMENTO E A DEVASTAÇÃO**: Processos de Capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais, financiado pelo Fundo Amazônia, e, atualmente, estão em curso dois projetos financiados pela Fundação Ford: o Projeto Brasil Central e o Projeto **CARTOGRAFIA SOCIAL DOS BABAÇUAIS**: mapeamento social da região ecológica do babaçu.

⁶ Para efeito dessa exposição nos apropriamos da classificação da divisão regional do IBGE (2010) a mesorregião oeste do Maranhão é constituída por três microrregiões: Imperatriz, Gurupi e Pindaré. A microrregião de Imperatriz é constituída pelos municípios de Açailândia, Amarante do Maranhão, Arame, Buritirana, Campestre do Maranhão, Carolina, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Grajaú, Gov. Edison Lobão, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lageado Novo, Montes Altos, Porto Franco, Ribamar Fiquene, Senador La Roque, São Francisco do Brejão, São João do Paraíso, Sítio Novo, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios.

A nova cartografia social⁷, realizada entre 2011 a 2017, demonstra situações que, a luz de discursos oficiais de cunho mercadológico, expressam estratégias de marketing social, valendo-se de certificações ambientais internacionais como dispositivos de apaziguação da crítica e controle social. Elegemos como situação empírica a ser apresentada neste evento as intervenções da fábrica Suzano Papel Celulose S.A. junto a formas de vida de famílias que residem no município de Imperatriz e seu entorno e das formas organizativas de identidades coletivas específicas (ALMEIDA, 2004) lembra o alerta de Becker (2007) de que a responsabilidade ambiental do denominado território corporativo promove exclusão de grupos sociais.

A estratégia empresarial privilegia objetivos financeiros e mercadológicos, resultando em selos de certificação ambientais internacionais, como Ecolabel e Nordic Swan, os quais, avalizam a adoção de práticas ditas “sustentáveis” ao mercado europeu, mas não garantem a sustentabilidade econômica, ambiental e cultural dos grupos afetados.

A cartografia social em construção identifica os trabalhadores rurais e as quebradeiras de coco babaçu como os mais afetados com medidas que imobilizam suas formas organizativas. Por isso, esse trabalho aborda outro aspecto característico dessas intervenções empresariais. Trata-se do investimento na

⁷ A Nova Cartografia Social se faz conjuntamente, com comunidades e povos tradicionais, objetivando realizar mapeamentos sociais privilegiando a diversidade de expressões, combinadas com distintas identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. Adotam-se procedimentos de pesquisa, como oficinas de cartografia nas próprias comunidades, envolvendo ainda, encontros ampliados e reuniões preparatórias e georeferenciamento do que é considerado relevante pelos agentes sociais. Vale considerar que podem ser realizadas oficinas no decorrer do trabalho, e em momentos de checagem e definição final das informações que devem ser registradas nas publicações, notadamente nos Fascículos, Boletins Informativos, Cadernos e mapas. No processo de pesquisa inscrevem-se ainda, cursos introdutórios à linguagem cartográfica formal, e de orientação e localização geográfica, fazendo uso de equipamento técnico como o GPS, e noções de cartografia social. Considerando-se assim estes procedimentos, como trabalho de formação de membros da própria comunidade, que farão a seleção das informações, delimitam perímetros e são os agentes das narrativas que consubstanciam a produção final no processo de mapeamento social como informações obtidas em observações diretas, relatos, descrição e etnografia com precisão. Estas informações são complementadas com documentos e outras fontes, contudo privilegia-se a informação direta e primária que conferem um sentido de cartografia construída pelos próprios agentes, ou o que tem sido denominado de autcartografia, e sobretudo, representa o que Almeida (2013) nos aponta como a perspectiva de suplantando traçados e pontos, ou seja, afirma uma prática de cartografia que busca o conhecimento de realidades localizadas.

construção do imaginário popular em torno da ideia de “desenvolvimento” e a resistência a essas intervenções, por vezes dissimuladas como “negociação” estudadas por Acselrad (2014).

De modo que o artigo encontra-se estruturado em três tópicos, além desta introdução, abordaremos sobre modelos de concepções de desenvolvimento que estão em disputa no território brasileiro e as implicações geradas durante esse processo e as resistências que são erigidas por povos e comunidades tradicionais através de processos de emancipação social, concebendo este como fundamental componente de transversalidade da totalidade das experiências, por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem e reconstróem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que demonstram nas palavras de Brandão (2009) que há uma “variedade de trajetórias alternativas de desenvolvimentos possíveis e nas suas múltiplas escalas espaciais passíveis de construção e observação” (BRANDÃO, 2009, p. 179).

2 – Concepção de “desenvolvimento” em disputa: danos enunciados há três décadas

Sem a pretensão de alcançarmos a gênese social de termos canonizados em discursos acadêmicos e não acadêmicos como “desenvolvimento”, “sustentabilidade”⁸, mas com a expectativa de contribuir com a construção da memória das lutas sociais pela relativização desses termos e pela existência de outras formas de vida para além das projetadas pelas sociedades industriais ocidentais, pontuamos alguns momentos importantes em que os movimentos sociais em conjunto com a pesquisa acadêmica pautaram modelos de desenvolvimento propostos para o Maranhão.

Desde o início dos anos 1990, os danos de grandes projetos econômicos privados e de infraestrutura vêm sendo enunciados por agentes sociais, por meio de suas identidades coletivas e movimentos sociais e estudos realizados no âmbito produção acadêmica. Um dos pontos referenciais dessa memória é o **Seminário Consulta Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?**, coordenado por um grupo

⁸ Outros autores têm se dedicado neste esforço, como Favareto (2007). Para compreender a reflexão feita no âmbito do PNCSA ler Almeida (2008)

de entidades vinculadas a famílias de trabalhadores (as) rurais, quebradeiras de coco babaçu, pescadores, entre elas: a Comissão Pastoral da Terra - CPT, a Associação em Áreas de Assentamento - ASSEMA, o Centro de Ensino e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU, a Associação Agroecológica Tijupá, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, sindicatos dos trabalhadores rurais de Anapurus, Açailândia e outros⁹.

Outro momento inspirador foi o ano de 1998, com a publicação do **Cadernos Tempos Novos. O Maranhão em Rota de Colisão: Experiências Camponesas versus Políticas Governamentais**, organizado pelo antropólogo Alfredo Wagner e pelo sociólogo Miguel Henrique Pereira Silva, reunindo artigos de pesquisadores e agentes sociais sobre os conflitos fundiários e socioambientais particularmente nas áreas dos babaçuais no Maranhão.

A publicação **Economia do Babaçu: levantamento preliminar de dados**, também coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner, com a participação e de pesquisadores atualmente vinculados ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia trouxe elementos importantes para contrapor políticas oficiais que, na década de 1970, decretaram o fim da economia do babaçu, como justificativa para a implementação de projetos agropecuários e industriais, o que vem a ocorrer a partir do início dos anos de 1980.

Obviamente que muitos outros trabalhos poderiam ser destacados como importantes por suas colaborações nos debates. Destacamos esses por serem os inspiradores de uma nova estratégia de pesquisa que se consolida a partir de 2005, com a realização da cartografia social dos conflitos socioambientais da região ecológica dos babaçuais (ALMEIDA et ali, 2005)

Todos esses eventos e publicações têm a particularidade de imprimir novas formas de se fazer a pesquisa científica, proposta que se consolida com o desenho da nova cartografia social, cujo princípio básico é construir conjuntamente as condições de fala dos próprios agentes sociais que vivenciam as situações e que têm a autonomia de participar da pesquisa desde a sua concepção até a definição dos produtos e dos seus usos.

⁹ Ver Almeida (1993)

Atualmente vivencia-se um momento muito particular, em que os agentes sociais ultrapassam a condição de “pesquisados” ou de “informantes” e assumem a condição de pesquisador, trazendo um ponto de vista diferenciado para o âmbito dos estudos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. No caso específico do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, temos trabalhos construídos como resultado dessas cartografias, a exemplo das dissertações de Pereira (2015) e Nóbrega (2015). Nos restringimos a esses, para não alongar a exposição com a citação de outros trabalhos de cunho acadêmico e jornalístico já publicados.

O destaque dado a esses esforços intelectuais consiste em uma tentativa de fazer um exercício com a memória social das lutas e resistências que circunscrevem não apenas as ações coletivas dos movimentos sociais, mas conjugam a produção acadêmica em torno dos efeitos e danos causados a povos e comunidades tradicionais pelos megaempreendimentos e, no caso específico aqui recortado, de produção de celulose.

Desde 1995, com a publicação dos relatórios de pesquisa “Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?” (1995) esses danos vêm sendo enunciados e agravados. No caso do oeste do Maranhão as duas experiências com megaempreendimentos no setor de produção de celulose, que nós temos acompanhado desde o início dos anos 1990 são: a CELMAR S. A., criada em 24 de março de 1992, na cidade de Imperatriz-MA, cujo projeto de construção da fábrica de celulose não se concretizou, apesar da enorme área de florestas transformadas em monocultura do eucalipto; e a Suzano Papel Celulose (2000), inaugurada em março de 2014. Essa última localizada na Estrada do Arroz, ocupando uma área de 1,5 milhões de m², sendo 96 mil de área construída. A fábrica da Suzano encontra-se à 630 Km da capital São Luís/Ma, tendo como grande parceira na logística de escoamento da produção a empresa mineradora Vale, com assinatura de contratos entre os anos de 2014 a 2043, para a utilização das ferrovias Norte-Sul e Carajás. Os estudos de Pereira (2015) e Nóbrega (2015) analisam o processo de instalação dessa indústria na cidade de Imperatriz. Sobre tais situações, alguns aspectos devem ser observados:

O primeiro é o caráter impositivo dos megaempreendimentos que implica a imposição de um modo de pensar e de perceber o mundo sobre os modos de ser, estar, pensar, perceber e viver dessas comunidades tradicionais. Não são elas que planejam esses empreendimentos. Elas nem participam da concepção. Quando entram em cena é porque boa parte da negociação (poder estatal + grupos empresariais) já foi concluída. A partir dessas negociações entre grupos econômicos e setores específicos da máquina estatal, as famílias passam a ser contactadas, na perspectiva de terem que sair do caminho para a estrada, a linha de transmissão ou a estrada de ferro. As famílias ou grupos de moradores passam a ser vistos como um obstáculo a um futuro desenhado como **promissor**. Isto porque, com esses empreendimentos, vem o paradigma de **desenvolvimento**, construído no século das Luzes, que classifica tudo o que não se enquadra ao mundo organizado pela lógica e pela racionalidade da indústria como elementos do atraso, que precisa ser superado. De modo que o primeiro dano é o **dos estigmas acionados** nessa relação de forças. Esse modo de ser, de estar, de ver e compreender o mundo passa a ser classificado como **tradicional**, mas não no sentido da presencialidade compreendida pelos agentes sociais, mas associado à ideia de **atraso**, que precisa ser superado. É a mesma lógica dos processos de **colonização** do século XIX. O **moderno** que chega e o **atrasado** que precisa sair do caminho. Então, estamos diante do dano de ver o território tomado por essas forças e o dano dos **estigmas** atribuídos a sua identidade. Essas comunidades passam a ser vistas como obstáculos também pelo poder público, cujo planejamento foi incapaz de perceber antecipadamente essas formas de existência ou, se percebeu, não priorizou. Trata-se da tomada de decisão política associada à dimensão econômica.

O segundo aspecto é a sensação de incerteza. A insegurança sobre o controle e domínio do território que passa a ser disputado por uma força, aparentemente muito maior, visto que são empreendimentos globalizados. As forças, digamos assim, anteriores, representadas pelas figuras do “fazendeiro”, do “comerciante”, do “capataz”, agentes sociais que por uma razão ou outra está mais vinculado ao “poder local” do que a seu grupo familiar, parentesco ou vizinhança, são substituídas. O antagonista agora tem esse caráter de uma grande organização empresarial, que chega com todo o aparato tecnológico e equipes de técnicos especializados e que coloca essas comunidades tradicionais no debate econômico

de dimensão internacional, que conta com os atos de Estado¹⁰ e com o discurso midiático. Então, a primeira dificuldade é compreender o que está se passando, é compreender toda a engenharia que envolve uma empresa de exploração de minério, de gás ou uma empresa de produção de celulose e a violência simbólica que tais empreendimentos implicam.

O Terceiro aspecto é o dano vinculado às tentativas de desmonte de toda a estrutura social pré- existente, o sistema de produção e, conseqüentemente, as relações de produção. Se antes aquela família que conseguia fazer sua roça na terra do fazendeiro, agora já não consegue, porque o fazendeiro já vendeu a terra que pertence a uma empresa, cujo dono é desconhecido; ou a quebradeira que antes coletava livremente o coco no babaçual, agora é obrigada a submeter-se às condições de um contrato firmado com a empresa que a responsabiliza por todo o dano que ocorrer nessa dita reserva. A empresa passa a determinar, por meio das ditas “parcerias”, que implicam treinamentos, doações, o que, como, quando e onde plantar. A área de produção se reduz e quem não está dentro dessa parceria, está fora.

O Quarto aspecto é a alteração nos laços de confiança e de representação política. As estratégias empresariais implicam o estabelecimento de relações de confiança entre a empresa e membros da comunidade ou profissionais próximos a ela, alterando toda a cadeia de relações e de distribuição de poder pré-existente, disseminando, por vezes situações de conflitos internos entre quem se comunica e entre quem não se comunica com a empresa, entre quem concorda e entre os que não concordam com as “alternativas” apresentadas pelos empreendimentos. No caso da situação da CELMAR Papel Celulose S.A. e da SUZANO na Estrada do Arroz é emblemática a criação do Fórum de Defesa da Cidadania e do Desenvolvimento das Comunidades da Estrada do Arroz e do Conselho de Desenvolvimento Comunitário, sob a influência da estratégia da

¹⁰ Segundo Pierre Bourdieu (2014): “para escapar à teologia, para poder fazer a crítica radical dessa adesão ao ser do Estado, que está inscrita em nossas estruturas mentais, é possível substituir o Estado pelos atos que podemos chamar de atos de ‘Estado’ – pondo estado entre aspas- isto é, atos políticos com pretensões a ter efeitos no mundo social. Esses atos políticos legítimos devem sua eficácia à sua legitimidade e à crença na existência do princípio que os fundamenta (BOURDIEU, 2014).

empresa Suzano. Nessa região chamada tocantina, além da atuação do CENTRU, do STTR e do MST, assistimos nos anos 1990 e 2000 a organização de várias associações de mulheres quebradeiras de coco babaçu, inclusive em Petrolina¹¹, e de pequenos produtores assentados, além de ser uma regional do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Portanto, há uma história política desses grupos e povos muito forte e que começa a ter outro formato com a criação desses fóruns e conselhos vinculados às estratégias empresariais.

O quinto aspecto apontaríamos o dano ambiental. Esse mais difícil de dimensionar e talvez, só estudos de longo prazo podem nos falar das implicações do uso irracional de agrotóxicos nas monoculturas de eucalipto para fins de produção de celulose. O que nossos estudos têm revelado, por meio de narrativas dos agentes sociais são doenças estranhas aos seus conhecimentos, já inclusive denunciadas pela imprensa, por meio de reportagens: doenças respiratórias, doenças de pele, casos de câncer e outras. Tendo em vista que o veneno aplicado atinge as plantações, os córregos e o ar.

Enfim, poderíamos elencar outros conjuntos de danos, que afetam o **psicológico** das famílias e de suas lideranças que, nesse jogo de forças, não vêm os direitos garantidos pelo Estado. Então, há um conjunto de danos econômicos, políticos, ambientais, psicológicos e simbólicos, porque essas comunidades são cotidianamente arrancadas de seus territórios e lançadas nas beiras das estradas ou empurradas para os bairros das cidades, por vezes, sem condições de organização política para a defesa dos seus direitos.

3 - Território Corporativo: O Verde que só se enxerga na Europa tem cheiro

A década de 1960 é marcante na história mundial, principalmente no tocante a questão ambiental. O livro de Rachel Carson (2011[1962]) intitulado “Primavera Silenciosa” é um importante estudo sobre os efeitos dos agroquímicos no meio

¹¹ Petrolina é um dos povoados que constituem a denominada Estrada do Arroz que se localiza na microrregião de Imperatriz (MA). A estrada do arroz, como ficou conhecida, era uma via de acesso de aproximadamente 60 km que ligava os municípios de Imperatriz e Cidelândia, preenchendo uma lacuna do setor agrícola, pois os povoados que se localizavam as margens da estrada foram considerados grandes produtores de arroz, originando como já dito inclusive a denominação da estrada.

ambiente, que questiona, sobretudo, a relação ser humano e natureza. A obra é uma minuciosa pesquisa sobre os efeitos do dicloro-difenil-tricloroetano (o inseticida DDT) no ambiente.

Foram desencadeados vários eventos, pelo mundo inteiro, principalmente pelo setor industrial que causaram diversas catástrofes ambientais. O agronegócio também representado pelo setor industrial é considerado o setor que mais causa danos aos elementos naturais de diversos ecossistemas envolvidos, seja por meio dos seus processos produtivos seja através da fabricação de produtos poluentes (LUSTOSA, 2003).

Como resposta, a pressão social, são formulados processos de certificações ‘ambientais’ das empresas. “A certificação ambiental tem sido adotada em vários mercados de *commodities*, incluindo café, açúcar e soja, assim como em produtos florestais madeireiros e não madeireiros” (MAY, 2003, p.209). As empresas que atuam no setor industrial ao perceberem o aumento de ganhos financeiros exponenciais efetivados pela falsa responsabilidade ambiental passam a realizar investimentos em processos de certificação ambiental com a finalidade de comercializar seus produtos em mercados internacionais.

Vale dizer que esses processos de certificações ambientais, que se apresentam como “dispositivos de julgamento social” (KARPIK, 2007), cumprem uma função diversa da sua proposta inicial, que seria a nosso ver de avaliar o produto a ser comercializado, mas o que ocorre curiosamente é a transformação de certificações ambientais também em mercadorias, indicando claramente a preterição da dimensão ambiental.

Para Castillo (2008) sob a superfície dessa composição se constitui um sistema de relações que articula, de um lado, latifundiários, madeireiros e pecuaristas, responsáveis diretos pela degradação ambiental, trabalho escravo, expulsão de pequenos produtores familiares e, de outro, as grandes empresas do agronegócio (Grupo Amaggi, Bunge, ADM, Coinbra, Cargill, Caramuru, entre outras), as mesmas que brandem a bandeira da sustentabilidade (social, ambiental e econômico-financeira) – todos conectados por e acordos, fundados nos circuitos espaciais produtivos, sobretudo, na política e no mercado.

A disseminada “responsabilidade socioambiental” está atrelada tão somente ao desempenho econômico das empresas, primeira e fundamental preocupação

(DRUCKER, 1997, p.70-71). Outro importante pilar relacionado à responsabilidade ambiental das empresas é a sua regularização legal, principalmente suas ações que tem implicações econômicas e ambientais.

A principal estratégia utilizada pelas empresas ainda são os projetos institucionais, programas desenvolvidos pelas empresas que lhes confere a imagem de “ética e responsabilidade socioambiental”. A incorporação dessas supostas iniciativas socioambientais nas ações da empresa relacionadas aos consumidores remete a este público a concepção de respeito e transparência no desenvolvimento das atividades industriais.

Um aspecto curioso é que as extensas monoculturas, base para o agronegócio competitivo, são consideradas uma atividade sustentável, já que sequestram mais carbono do que emitem no processo produtivo. Já existem grandes produtores de cana-de-açúcar e empresas de reflorestamento com eucalipto e pinus (como a Suzano), em várias regiões brasileiras, que lucram com certificados de emissão no mercado de carbono (CASTILLO, 2008, p. 6)

Um caso emblemático que situa bem essa questão é o do grupo empresarial Suzano, que ao contrario do ideário disseminado, sua principal estratégia de negócio em nada tem haver com princípios de sustentabilidade, orientada unicamente por objetivos financeiros e mercadológicos. A silvicultura aparece na atualização semestral de julho de 2014 do Cadastro de Empregadores do Ministério do Trabalho como segunda atividade econômica com maior percentual de trabalhadores submetidos à condição análoga às de escravos¹².

Enquanto isso, a empresa acumula selos de certificação ambiental, inclusive internacionais, a exemplo das certificações Ecolabel e Nordic Swan¹³

¹² O Cadastro possui atualmente 609 (seiscentos e nove) nomes de empregadores flagrados na prática de submeter trabalhadores a condições análogas às de escravo. Desse total, o estado do Pará apresenta o maior número de empregadores inscritos na lista, totalizando cerca de 27%, sendo seguido por Minas Gerais, com 11%; Mato Grosso, com 9%; e Goiás, com 8%. A pecuária constitui a atividade econômica desenvolvida pela maioria dos empregadores (40%), seguida da produção florestal (25%), agricultura (16%) e indústria da construção (7%). Conforme informa o sítio eletrônico do Ministério do Trabalho o referido cadastro foi retirado, em 31/12/2014, por força da liminar proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.209 Distrito Federal da lavra do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, proposta pela Associação Brasileira de Incorporadas Imobiliárias – ABRAIN. Disponível em http://portal.mte.gov.br/trab_escravo/portaria-do-mte-cria-cadastro-de-empresas-e-pessoas-autuadas-por-exploracao-do-trabalho-escravo.htm. Acesso em 04/06/2015.

¹³ O selo Ecolabel foi criado em 2011 e auxilia na identificação de produtos e serviços que têm impacto ambiental reduzido durante seu ciclo de vida, desde a extração de matéria-prima até o

recentemente adquiridas, atestando uma pretensa sustentabilidade ambiental para os exigentes consumidores europeus durante o processo produtivo.

As citadas certificações que avalizam a adoção de “práticas sustentáveis” ao exigente mercado europeu, que é um dos principais destinos da celulose da unidade fabril de Imperatriz (MA), se concentram nas emissões de gases, consumo de energia e uso de matéria-prima certificada, no entanto não garantem a sustentabilidade econômica, ambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais atingidos diretamente pelo empreendimento em questão.

[...] é a lógica da mitigação e da compensação. Mas, essa lógica, não consegue prevenir ou evitar a alteração da qualidade do ar pela emissão de gases e material particulado, os processos erosivos, a redução da biodiversidade vegetal e virtude da monocultura do eucalipto afugentamento, atropelamento de animais silvestres, conflitos de terra, conflitos sociais, especulação imobiliária, assoreamento de nascentes, poluição dos corpos de água, contaminação do lençol freático, etc. Projetos “florestais” como o da Suzano acabam recebendo, pelo seu caráter classista, total apoio governamental, seja no âmbito da União ou do Estado, apesar do risco potencial de perda da qualidade da água, a vulnerabilidade à processos de lixiviação de insumos agrícolas, atropelamentos da fauna, supressão da biodiversidade, mudança na forma tradicional de utilização da terra com a consequente alteração do conteúdo(mudanças de plantio de subsistência para o plantio de eucalipto) (RIBEIRO JÚNIOR, 2014, p. 180 e 181).

Recentes relatos de moradores da cidade de Imperatriz (MA) dão conta que a cidade está impregnada de maus odores que são oriundos da fábrica de papel e celulose da empresa Suzano, inclusive a câmara de vereadores da cidade aprovou uma audiência pública¹⁴ com a empresa para que esta forneça informações técnicas sobre os impactos ambientais que estão sendo gerados com a instalação da fábrica, como explicações técnicas sobre o impacto ambiental da fábrica de processamento de eucalipto, a política ambiental da empresa, investimentos na área social, emissão de gases, e retorno das isenções fiscais. Além disso, é importante lembrar o fato que para sua instalação a Suzano deslocou dezenas de famílias de seus locais de moradia, inclusive moradores que fundaram o povoado, neste caso tratamos do

descarte. Já o Nordic Swan é um selo verde institucionalizado pelo Conselho de Ministros dos países nórdicos, administrado pelas agências de Meio Ambiente da Suécia, Finlândia, Islândia e Noruega, desde 1989. Disponível em <http://www.segs.com.br/demais/41736-suzano-conquista-selos-europeus-de-sustentabilidade-para-unidade-imperatriz.html>. Acesso em 15/06/2015.

¹⁴Informação obtida no sítio eletrônico: http://www.correiopopularitz.com.br/materia/6978/camara_quer_explicacoes_da_suzano_sobre_impacto_ambiental_da_fabrica_em_imperatriz, acesso em 17 de junho de 2017.

Povoado Bacaba, que hoje como lembrança do local tem-se apenas o cemitério onde se fazia o enterro dos moradores do povoado e povoados vizinhos.

Outra questão importantíssima relativa ao impacto ambiental provocado pela Suzano é a poluição dos rios, o Rio Tocantins que passa na cidade de Imperatriz corre sérios riscos assim como o Rio Mucuri no estado da Bahia. Em 2013, quando a planta de fábrica não estava pronta na cidade de Imperatriz ocorreu uma reunião¹⁵ promovida pela Agência Nacional das Águas – ANA na sub prefeitura de Mucuri em Itabatan, para tratar de assuntos pertinentes a outorga de água da Suzano papel e celulose relativa ao Rio Mucuri. Os superintendentes de fiscalização ANA esclareceram na reunião que a Suzano vinha operando de forma ilegal desde o ano de 2010, produzindo uma Concentração de DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) acima do que a sua outorga de água (licença de uso da água) consentia e sem nenhuma perspectiva de readequação as normativas da outorga, a Suzano teria requerido uma reavaliação da sua licença, para que não necessitasse ampliar o grau de eficiência na despoluição dos seus efluentes e conseqüentemente aumentar os custos de sua produção. A presença de um alto teor de matéria orgânica pode levar ao total esgotamento do oxigênio na água causando sabores e odores desagradáveis além de gerar o desaparecimento de peixes e outras formas de vida aquática.

Conforme denunciado através de mídias eletrônicas, no tocante ao abastecimento de água para suprir as necessidades da fábrica de Imperatriz, a principal fonte seria o Riacho Cinzeiro conforme aponta o EIA-RIMA no ponto que falava da captação da água ¹⁶, no entanto o que se observa é a inviabilidade deste riacho suprir a demanda por água e suspeita-se que há interesse do uso hídrico do rio Tocantins, tampouco o EIA-RIMA contempla os estudos dos impactos diretos ao rio Tocantins, pois todo ele foi direcionado aos seus afluentes.

¹⁵Informação obtida no sítio eletrônico http://bahiaextremosul.com/artigo/suzano_papel_e_celulose_obtem_licenca_para_matar_o_rio_mucuri, acesso em 17 de junho de 2017.

¹⁶ Informação obtida no sítio eletrônico <http://www.empresapeloclima.com.br/maranhao-fabrica-da-suzano-recebe-outorga-de-agua-da-ana-sem-estudo-de-impacto-ambiental-adequado?locale=pt-br>, acesso em 17 de junho de 2017.

Com a instalação de tal unidade fabril e conseqüente implantação de monocultivos homogêneos de eucalipto de forma rápida e significativa, a vida das comunidades que viviam na Estrada do Arroz se transforma, na medida em que se eleva a concentração fundiária, advinda de uma realidade onde as famílias agricultoras e extrativistas passam a ter o acesso aos bens naturais de forma limitada e modificada, construindo a partir de então novas relações de uso e acesso a natureza na busca contínua por garantias e estratégias de reprodução social.

3 - o imaginário de “desenvolvimento” em construção e a resistência a essas intervenções

As pesquisas realizadas sobre os processos organizativos de trabalhadores (as) rurais e quebradeiras de coco babaçu que residem na denominada microrregião de Imperatriz - MA demonstram que formas de organizações coletivas presentes na região, a partir de suas experiências e vivências se contrapõem a esse discurso de sustentabilidade presentes nos megaempreendimentos. O que se pode perceber é que esses saberes entram em choque com o imaginário construído pelo discurso ambiental que acompanha o ideário de desenvolvimento e que isso se reflete em debates internos às próprias comunidades. De um lado tem-se o discurso de desenvolvimento que fundamenta as estratégias de dominação social e cultural, que resulta na produção de práticas de pensar e de agir por meio das quais o Terceiro Mundo é pensado e construído (ESCOBAR, 2012). De outro lado estão as comunidades e organizações coletivas que estão cada vez mais sendo pensadas a partir dessa ótica desenvolvimentista e sendo forçadas a se reorganizarem em torno das imposições dos megaempreendimentos na região.

O embate pode ser analisado a partir de dois planos. Primeiro, a relação do imaginário desenvolvimentista e ambiental se confrontando com o saber local e as formas organizativas de povos e comunidades tradicionais que percebem o território como um bem coletivo e utilizado de forma comum pelas comunidades presentes na região. Essa forma específica de uso dos recursos naturais faz com que os grupos sociais vislumbrem formas diferentes de desenvolvimento construídas através das gerações a partir de suas práticas concretas e saberes na vivência com

e no território, no processo de territorialização. Esses grupos resistem a essa forma de dominação, criando estratégias de resistência, politizando sua realidade social. Com o objetivo de reverter o estigma de atrasado, resistem cotidianamente (SCOTT, 2000). Segundo, que esse discurso produzido pelos megaempreendimentos gera expectativas de vida e de trabalho dentro de um imaginário de desenvolvimento, que leva a conflito no âmbito do próprio grupo.

No que se refere a esses planos de debate, temos que observar alguns aspectos de como os grupos sociais estão se organizando para construir e operacionalizar suas formas de enfrentamento e as formas de mobilização. Compreender isso é essencial para termos a dimensão de situações sociais, relações políticas, conflitos, disputas e resistência que envolvam os grupos e os empreendimentos na região.

A fala de uma liderança das quebradeiras de coco demonstra parte da situação vivenciada pelos agentes sociais na região de Imperatriz no que se refere às mudanças e impactos sofridos pelas comunidades com a presença desses empreendimentos.

Hoje tudo já são outras cidades, outros municípios. E não tem ameaça só contra o babaçu, a gente sente hoje que a agricultura familiar, a roça no toco é muito ameaçada. Ta acabando a roça no toco, com os discursos do governo, com os discursos do agronegócio, com toda coisa que ta acontecendo de mundo afora. Eu digo assim, nós não estávamos preparados pra grande mudança que ta acontecendo no mundo. Na verdade ninguém tava preparado pra isso. Porque é uma mudança muito absurda. Hoje o povo come tudo comprado (...) Então há uma diferença muito grande. É muita pouca família que produz pra comer. Os próprios assentamentos hoje, tá muito difícil porque não quer mais produzir pra comer porque diz que fazendo uma roça de arroz gasta muito mais do que comprar. São essas coisas que deixa a gente meia tonta (Maria Querobina da Silva Neta, 2016).

O que se pode perceber a partir da fala da D. Querobina é o descompasso da concorrência da pequena produção e os grandes empreendimentos, não parece ser mais rentável a produção da lavoura de arroz. Parte disso é resultado das políticas de desenvolvimento que se volta para investimentos do agronegócio, apoiado pelo governo, em detrimento da produção familiar. A presença do “dragão”, como D. Querobina afirma abaixo, significa dizer que se contrapor a essa forma de imposição está cada vez mais difícil, pois há diferentes estratégias para desmobilizar e conquistar os trabalhadores como “parceiros” para o desenvolvimento da região. É difícil se contrapor a esse

imaginário de desenvolvimento presente nos discursos e nas práticas desses empreendimentos, apoiados e financiados pelo poder estatal. O inimigo é quem se posiciona contrário. Uma das formas de imobilização é através de investimentos por parte das empresas.

Ali naquela região de Imperatriz, como é o centro do grande dragão que é o Papel Celulose, o investimento é muito grande minha gente. Vocês não imaginam que professor, as universidades, os colégios, tudo tem investimento das empresas. Para professor, uma escola técnica que em Imperatriz até mudou o nome não é, porque é investimento da empresa. Na universidade a gente vai fazer uma discussão com os professores, depois a gente vê todo mundo assim com uma timidez tão grande de falar com a gente, que você não imagina, parece até que a gente que é o inimigo. Eles tem medo da gente. Eu não posso mais acompanhar o MIQCB e nem o Nova Cartografia Social pra buscar uma informação porque na hora que o povo me vê: ó...olí veio atrás de informação aqui. Então é muito sério isso. Como é que a gente vai fazer o trabalho agora? Os movimentos sociais que deviam ser oposição a esse sistema, os sindicatos, por exemplo, que é uma ferramenta muito grande e organiza um público muito grande de gente (idem).

Outra forma de imobilização ocorre com a contratação de pessoal das próprias comunidades para trabalhos temporários, como forma de “investimento”

Naquela região o desgaste foi tão grande que a gente deu pra trás 10 anos. E por que? Os investimentos que já falei, nas comunidades as quebradeiras de coco são produtoras de muda de eucalipto. E ganha dinheiro sabe companheiras. São contratadas. Estão contratando porque o eucalipto “broiou” e cortaram ele. E as mulheres como tem um jeitinho melhor pra trabalhar com essa coisa de muda, hortas e etc, são quase todas contratadas ali na Estrada do Arroz pra fazer muda de eucalipto. Quem é que vai quebrar coco? E lá acho que é um salário, tem uma ajuda lá não sei familiar, se ela tem um filho ou dois filhos, aí já tem a bolsa família, ela vai quebrar coco? Me diz? Vai fazer roça? É difícil, a nossa situação tá difícil. Eu não to aqui querendo botar balde de água fria não, que eu to é doidinha pensando aqui no que que a gente vai fazer.

O “bicho está em todo lugar”, como afirma abaixo D. Querobina, significa dizer que tanto os discursos quanto as práticas de cunho desenvolvimentista e ambientalista criam estratégias para construção de um ideário e imaginário de desenvolvimento. Acabam por criar elementos que desmobilizam e reorganizam as relações sociais, políticas e econômicas das comunidades. “o bicho está em todo lugar, inclusive em espaços de representação e mobilização, como os conselhos, cada vez mais fechando o cerco.

Os companheiros, os movimentos sociais ali daquela região, quem trabalhava no movimento social hoje tá tudo socado na empresa. A gente produziu, viu Luciene, a gente formou pessoas pra trabalhar contra nós por isso que a gente teve uns anos atrás. (...) Em todo lugar o bicho tá. Não existe um lugar pra ele não tá em grande escala. E aí o que nós vamos fazer? Dá pra nós brigar? Tem uma parte da música que eu não

concordo, “ é virar é virar é virar e botar pra brigar”...sozinho? Não dá pra brigar sozinho, só dá pra brigar hoje se nós tivéssemos nesse mundo um partido político que não tivesse vergonha de lutar junto com a gente. Se nós tivéssemos um movimento sindical que lutasse junto com a gente. Se a gente tivesse esses aparatos, a gente ia brigar. Mas só as quebradeiras sozinhas? Briga dela é com o homem dentro de casa, a gente se larga porque o homem ta empregado na Suzano e eu to quebrando coco e eu vou dizer que a coisa lá não presta e ele vai dizer (...) É tudo concentrado nas mãos dessas grandes empresas. Pra concluir, a Suzano criou um conselho de quebradeira de coco. Qual é o interesse da empresa? Ela coordenando esse conselho de quebradeiras de coco? Bota uns babaca lá no cafundó dos Judas pra fazer parte do conselho. (...) Nós estamos acoados. Porque nós vamos fazer um projeto desse, um investimento desse e um investimento que não é só de dinheiro não, o investimento é de vontade política dos companheiros que estão fazendo esse trabalho. A gente vai ter esse prejuízo pra dá em nada? Não vamos. Vamos ter que fazer alguma coisa. Vamos fazer igual essas universidades que fica todo mundo calado. Tem um gato pingado que diz alguma coisa. Um tanto de gente que tem no mundo, nas universidades, é dois ou três que diz alguma coisa e com medo de dizer. Então em todo lugar o bicho tá. E a gente tem que dá um jeito nessa história.

A cobrança de D. Querobina combina bem com o pensamento do sociólogo francês Pierre Bourdieu, no livro **Contrafogos**, esses danos não são contabilizados nos dispositivos jurídicos desses projetos e nem pelo Estado, em seus planejamentos, ainda que seja ao Estado imputada a cobrança pelos custos econômicos, sociais e políticos de tais investimentos. Ao Estado são cobradas soluções para as doenças incomuns que exigem maiores estudos e pesquisas; a solução para a transferência não espontânea de famílias para as áreas urbanas; políticas para a juventude sem ocupação; uma política de saúde alimentar; a recuperação de rios, lagos e córregos contaminados, assim como as plantações e os animais.

Aos economistas fica o desafio de reinventar o cálculo econômico ao cotejar os danos com as expectativas e perspectivas anunciadas nos cálculos racionais dos projetos desses megaempreendimentos. E fica uma questão crucial: a quem se deve responsabilizar por tais danos? Teremos que rever a racionalidade implícita nas ideias tão caras ao mundo dito moderno, tais como *progresso*, *desenvolvimento* e, outro termo canônico da atualidade *sustentabilidade*. Em tempos de mudanças paradigmáticas, em que a Política está em julgamento, qualquer plataforma de Governo que se coloque na condição de inovador ou que se proponha a promover mudanças estruturais deve enfrentar esses conceitos canonizados, e se disponibilizar a reverter essa lógica racional que só calcula dados objetivos e não consideram elementos subjetivos também importantes.

E para finalizar, destacamos o que propõe P. Bourdieu: que se inclua na análise sobre o Estado, o pensamento sobre o Estado. Segundo ele, no nosso pensamento, as estruturas da consciência, através da qual nós construímos o mundo social e esse mundo particular, o Estado, tem boas chances de ser o produto do Estado. Portanto, há de se repensar os atos de Estado, Atos políticos que têm a pretensão de ter efeitos no mundo social, os atos autorizados, dotados da autoridade que remete a uma série de delegações em cadeia, remete a um lugar último (o Estado como um Deus)

Os estudos elencados neste trabalho sinalizam para um pensamento em construção, um pensamento que se constrói não somente por intelectuais que acreditam estar acima das contradições sociais ou intelectuais orgânicos, mas um pensamento que se constrói em conjunto com os agentes sociais que vivenciam todos esses processos sociais, numa troca constante de vivências e saberes, em busca de novos imaginários capazes de garantir a existência de povos e comunidades tradicionais dentro de qualquer proposta desenvolvimentista.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A Guerra dos Mapas**. Belém: Falangola, 1994.

_____. **Amazônia: a dimensão política dos conhecimentos tradicionais como fator essencial de transição econômica** – pontos resumidos para uma discussão. Somanlu, ano 4, n. 1, jan./jun. 2004.

_____. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

_____. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, NETO, Joaquim Shiraishi e MARTINS, Cynthia Carvalho. **Guerra ecológica nos babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço das commodities e aquecimento no mercado de terras na Amazônia**. São Luís: Balaios Lithograf, 2005.

BECKER, Bertha K. **A crise do Estado e a região**. A estratégia da descentralização em questão. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 48 (1), pp. 43-62, jan/mar, 1986.

BECKER, Bertha K. Logística e a Nova Configuração do Território Brasileiro: Que Geopolítica será Possível? In: **Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil**. DINIZ, Clélio Campolina (organizador). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

BRANDÃO, Carlos. **Desenvolvimento, Territórios E Escalas Espaciais: Levar na Devida Conta as Contribuições da Economia Política e da Geografia Crítica para Construir a Abordagem Interdisciplinar**. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco Ribeiro, MILANI, Carlos Roberto Sanchez (organizadores). Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: cursos no College de France (1989-92)** Edição estabelecida por Patrick Champagne (et al) trad. Rosa Freire d'Aguiar. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Caderno Nova Cartografia Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. Nº 4 (julho, 2014) – Manaus: UEA Edições, 2014 Fascículo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série: Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos. **Fascículo 5. Quebradeiras de coco babaçu do Pará**. São Luís, 2005

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. Ed. Gaia, 2011.

CASTILLO, Ricardo. Sustentabilidade, desenvolvimento e globalização. In: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. M. (org.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (I)**. Rio de Janeiro: Lamparina: Anpege: Faperj, 2008.

Carajás: Desenvolvimento ou Destruição? Relatórios de Pesquisa. Comissão Pastoral da Terra. 1ª Edição, 1995

ESCOBAR, Arturo. **Encontering Development: The Making and Unmaking of The Third World**. Princeton: Princeton University Press, 2012.

FAVARETO, A. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão. São Paulo: Iglu, Fapesp, 2007.

DRUCKER, Peter. **The Shame of Marketing**, in Kelley, W.T., **New Consumerism: Selected Readings**. Grid, inc., 1973.

HÉBETTE, Jean. **O Cerco está se fechando**: O impacto do grande capital na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1991.

KARPIK, Lucien. **L'économie des singularités**. Paris: Gallimard, 2007.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. Industrialização, Meio Ambiente, Inovação e Competitividade. In: MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. (org). **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Elsevier 2003.

MAY, Peter H. Comércio Agrícola e Meio Ambiente na América Latina. In: MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. (org). **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Elsevier 2003.

NÓBREGA, Mariana Leal Conceição. **Enfrentando a sucuri verde**: resistência camponesa e o território de uso comum - o caso das comunidades agroextrativistas na Amazônia Maranhense / Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências/Universidade Estadual de Campinas. IG/Unicamp – Campinas, SP: [s.n.], 2015.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 6. **Quebradeiras de coco babaçu de Imperatriz**. São Luís, 2005b.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 3. **Quebradeiras de coco babaçu de Imperatriz**. São Luís, 2005 a.

SCOTT, J. **Los dominados y el arte de la resistência**. México: Ediciones Era, 2000.

RIBEIRO JÚNIOR, José Arnaldo dos Santos. **O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano papel e celulose no Maranhão**. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 2014.